

## **Sistema Faxinal e áreas de caíva: identidades territoriais no espaço agrário da região do Contestado (PR/SC)**

**Faxinal System and caíva's areas: territorial identities in the agrarian space in the Contestado region (PR/SC)**

*Alcimara Aparecida Föetsch*

Doutora em Geografia pela UFPR

Professora Adjunta da Unespar, *Campus* União da Vitória, Brasil

[alcimaraf@yahoo.com.br](mailto:alcimaraf@yahoo.com.br)

### **Resumo**

Num cenário de mobilização política assiste-se a partir da década de 1980 no Paraná, sobretudo na região Centro-Sul do estado, a (re)construção da identidade territorial faxinalense por meio da atuação de associações, articulações, organizações não governamentais, universidades, movimentos populares e poder público. Em contrapartida, no Planalto Norte de Santa Catarina, região de divisa com o estado paranaense, que compartilha similares características físico-naturais e histórico-geográficas, o Sistema aparenta invisibilidade. Neste destoante e controverso contexto, o presente artigo analisa a territorialidade dos elementos que caracterizam o Sistema Faxinal na região do Contestado, localizada entre os estados do Paraná e Santa Catarina, buscando compreender sua consolidação, desarticulação e reminiscências na perspectiva das identidades territoriais. Para tanto, discute-se a forma com que vêm sendo construída a identidade territorial faxinalense no Paraná e se investiga o que ocorreu com a territorialidade dos elementos que compõem o Sistema em Santa Catarina.

**Palavras-chave:** Sistema Faxinal. Caívas. Identidades Territoriais. Espaço Agrário. Contestado.

### **Abstract**

In a scenery of political mobilization, it is seen from the 1980s decade in Paraná, especially in the South-Center region of the state, the (re) construction of territorial identity of Faxinal due to the association acting, articulations, non-governmental organizations, universities, popular movements and public power. In contrast, in the Planalto Norte of Santa Catarina, the border region with Paraná state, which shares similar physical-natural, and historical-geographic characteristics, the system presents invisibility. In this aspect and controversial context, this present article analyses the elements territoriality that feature the faxinal System in the Contestado region, located between Paraná and Santa Catarina states, aiming at understanding its consolidation, disarticulation, and reminiscences in the perspective of territorial identities. Therefore, it is discussed the way that the territorial identity has been built on the territorial identity in Paraná and it is investigated what occurred with the elements that compound the System territoriality in Santa Catarina.

**Keywords:** Faxinal System. Caíva. Territorial Identities. Agrarian Spaces. Contestado.

## 1. INTRODUÇÃO

A região do Contestado consiste em uma área limítrofe entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, recorte do espaço geográfico onde ocorreu uma importante Guerra Civil brasileira entre os anos de 1912 e 1916. Este conflito pode ser definido como um “episódio complexo, pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural ou religiosa” (FRAGA, 2006, p.64) que envolveu habitantes da região na época, caboclos, fazendeiros, estrangeiros, posseiros, políticos, coronéis, forças policiais militares, entre outros atores. Vários foram os motivos que contribuíram para seu desencadear: as características da população local, a estratificação social, os modos de vida, a pregação dos monges, o combate de Irani, a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina e, sobretudo, a invasão estrangeira por meio da construção da Estrada de Ferro pela Empresa *Lumber* (THOMÉ, 1992).

Esta área geográfica fazia limites ao Norte desde União da Vitória, Canoinhas e Rio Negro; ao Sul, até Lages, Curitiba e Campos Novos; a Leste, compreendia Itaiópolis, Papanduva e os “contrafortes da Serra do Mirador e as demais cabeceiras da Bacia do Itajaí; a oeste, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande” (VINHAS DE QUEIROZ, 1981, p.177). Ficou conhecida como a “Região do Contestado” (THOMÉ, 1992, p.14) e é justamente a partir desta divisa comum entre Paraná e Santa Catarina que os questionamentos sobre o Sistema Faxinal surgiram.

De fato, a literatura regional menciona a existência de Faxinais em toda a região Sul do Brasil, porém, a partir de 1980 estudos e pesquisas foram sendo desenvolvidos no sentido de compreender a construção da identidade territorial faxinalense no Paraná. Entretanto, não se percebe a mesma evidência na porção catarinense do Contestado, apesar dos estados comungarem de características físico-naturais e histórico-geográficas comuns. O que justificaria, então, o fato do Sistema Faxinal ser “visível” somente no estado do Paraná? Teria, de certa forma, a Guerra do Contestado contribuído para a extinção dos Faxinais na porção catarinense? Quais as justificativas para a “aparente invisibilidade” desse Sistema em Santa Catarina? Teria ele evoluído para outras formas reprodução social, de uso comum da terra, se desagregado por completo ou ainda sobreviveria, silenciado e oculto, em algum “canto catarinense”? Sendo assim, as inquietações culminaram com a construção da seguinte problemática: De que forma ocorreu a construção da identidade territorial do Sistema Faxinal na região do Contestado e quais são os elementos que a caracterizam?

Objetivando compreender estes questionamentos, partiu-se das contribuições teóricas da Geografia para delinear uma arquitetura conceitual e metodológica que permitisse responder à problemática posta. Assim, o arranjo conceitual aproxima dois complexos conceitos, o de “território” e o de “identidade”, culminando com outra possibilidade conceitual intitulada “identidade territorial”. Assim, torna-se geograficamente possível a reflexão sobre a forma com que um Sistema tido como

tradicional, o Sistema Faxinal, evoluiu na relação espaço/tempo e vem se inscrevendo diferentemente nos estados do Paraná e Santa Catarina, no recorte espacial da região do Contestado.

Em termos metodológicos, a pesquisa assume duas distintas escalas de análise, a regional e a da comunidade, para investigar os elementos do Sistema em dois locais: Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR e Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC. Os elementos da escala regional foram propostos a partir de Chang (1988), ao passo que os elementos da escala da comunidade foram delineados a partir de Nerone (2000). Nestas análises, é possível perceber que no estado do Paraná, a atuação desta série de atores no processo de construção das identidades territoriais culminou com a adoção de distintas conceituações do Sistema Faxinal que vão desde a necessária existência das “terras de criar” e das “terras de plantar” até a questão das terras tradicionalmente ocupadas. Da mesma maneira, algumas das práticas comunitárias e tradicionais que já se encontravam em desuso passaram a ser “reinventadas” com vistas a fortalecer as identidades dos grupos que buscam reconhecimento, evoluindo de uma identidade de resistência para uma identidade de projeto, de luta.

Em Santa Catarina, entretanto, a ausência de políticas públicas próprias e a não atuação dos movimentos populares colaborou para a desagregação e/ou desarticulação do Sistema, tendo em vista que os criadouros comunitários atualmente só existem em pequenos núcleos familiares. Trata-se de uma identidade de resistência que não se inscreveu visivelmente no jogo político de articulações que reconhecem a tradicionalidade e a territorialidade.

Dessa maneira, acredita-se que o que há na porção catarinense do Contestado, atualmente, são fragmentos que comprovam a existência passada do Sistema Faxinal, sobretudo, nas chamadas Caívas. Enquanto se fortalece no estado do Paraná a busca por uma identidade territorial faxinalense, em Santa Catarina, estes espaços que não mais contam com as terras de criar comunitárias estão sendo pesquisados e valorizados na perspectiva do melhoramento econômico das áreas de Caíva, cujo uso é particular e não mais comunitário.

## **2. O SISTEMA FAXINAL E A REGIÃO DO CONTESTADO: contextualização e construção do arranjo conceitual**

O Sistema Faxinal, característico da região Centro-Sul do Estado do Paraná e tradicionalmente dividido em “terras de criar” e “terras de plantar” (CHANG, 1988), vêm sendo amplamente discutido a partir da década de 1980 resultando em uma vasta gama de conceituações e estudos de caso específicos. A expressão “Faxinal” foi originalmente descrita por Horácio Martins de Carvalho, em 1984, para designar os espaços onde ocorrem “práticas extrativistas da madeira e da erva, além de servir de espaço para a criação extensiva de animais” (p.14). Em 1987, Gubert Filho caracteriza o

Faxinal como sendo as “áreas contíguas de matas de araucária degradadas pelo pastoreio extensivo, realizado em criadores comuns” (p. 33).

Entretanto, a primeira pesquisa que empregou o termo “Sistema Faxinal”, resultante de uma Dissertação de Mestrado, foi publicada em forma de Relatório Técnico por Man Yu Chang ao Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) em 1988, e, de acordo com a autora, o referido Sistema, que diferencia as “terras de plantar” das “terras de criar”, possui as seguintes características: produção animal para tração e consumo, produção agrícola para comercialização e consumo e extração da erva-mate nos ervais nativos (renda complementar).

Mais tarde, no ano de 2000, Maria Magdalena Nerone através de sua Tese de Doutorado em História (Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, São Paulo) forneceu subsídios que permitem complementar os elementos que caracterizam o Sistema Faxinal apontados por Chang (1988), diferenciando-os de outros espaços rurais através: da distinção entre as terras de plantar e as terras de criar; da diferenciação entre propriedade e uso das terras; dos sistemas de cercas, porteiras e mata-burros; do uso coletivo da terra; das relações de compadrio e mutirão; e da medicina e religiosidade popular. Somam-se a estes trabalhos inúmeros outros que contribuem no entendimento dessas comunidades ímpares e seu particular modo de se relacionar com o território.

Das fontes que indicam a existência do Sistema Faxinal em toda região Sul do Brasil e, por vezes, o relacionam com a Guerra do Contestado, algumas merecem destaque por terem contribuído na definição da problemática de estudo. Löwen Sahr e Cunha (2005) afirmam que em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul os Faxinais já pertenceriam ao passado devido, sobretudo, à influência cultural dos colonos imigrantes no século XIX e à Questão do Contestado (1912-1916). Tavares (2008), em contrapartida, destaca que na constituição dos elementos fundantes da construção dos Faxinais (início do século XVII), “soma-se” a contribuição dos imigrantes europeus, sobretudo camponeses do leste da Europa (Ucrânia e Polônia) e “da fração dos camponeses que participaram da Guerra ou Revolta do Contestado para a sua consolidação” (p. 383).

Da mesma forma, Campigoto e Sochodolak (2009) acreditam que a história dos Faxinais se vincula também a guerra “sertaneja do Contestado, que teve como palco a região mais ao Sul do que é hoje o Estado do Paraná” (p. 206). Martins (1995) no livro “Anjos de cara suja” descreve, através do resgate etnográfico da comunidade cafuza de José Boiteux (SC) a trajetória de construção de um grupo étnico. Segundo ele, em 1916, com o final da Guerra do Contestado um grupo de caboclos foge à perseguição imposta aos vencidos e vive uma verdadeira epopeia até encontrar um lugar em Rio Laeisz, município de José Boiteux – SC.

Ao analisar a Guerra do Contestado, Tonon (2009), por sua vez, coloca que os “sertanejos” possuíam uma forte tradição na região, uma área onde estes sujeitos sociais defendiam suas práticas

religiosas e populares fundamentadas em uma ética de fraternidade e espírito comunitário, afirmando também que “o espírito e a prática comunitária dos sertanejos remete aos Faxinais, com a existência de inúmeros, situados ao Norte de Santa Catarina e o Centro-Sul do Paraná” (p. 322), sugerindo, inclusive, uma relação entre o Sistema Faxinal e o surgimento das Irmandades Místicas do Contestado.

Acerca das diferenças entre os redutos dos caboclos do Contestado e o que se denomina hoje de Sistema Faxinal, Campigoto e Sochodolak (2009) utilizam-se dos relatos sobre as incursões do capitão Tertuliano de Albuquerque Potyguara (janeiro de 1915, na região de Canoinhas/SC) para eliminar qualquer dúvida acerca da relação entre os redutos de Canoinhas com os Faxinais – não excluindo a possibilidade da existência destes fora dos redutos. Ao analisarem as proposições de Peixoto (1995), os autores afirmam que podem ser evidenciadas semelhanças entre alguns redutos e o Sistema Faxinal, sendo que no caso do Timbozinho são tomados inclusive como sinônimos.

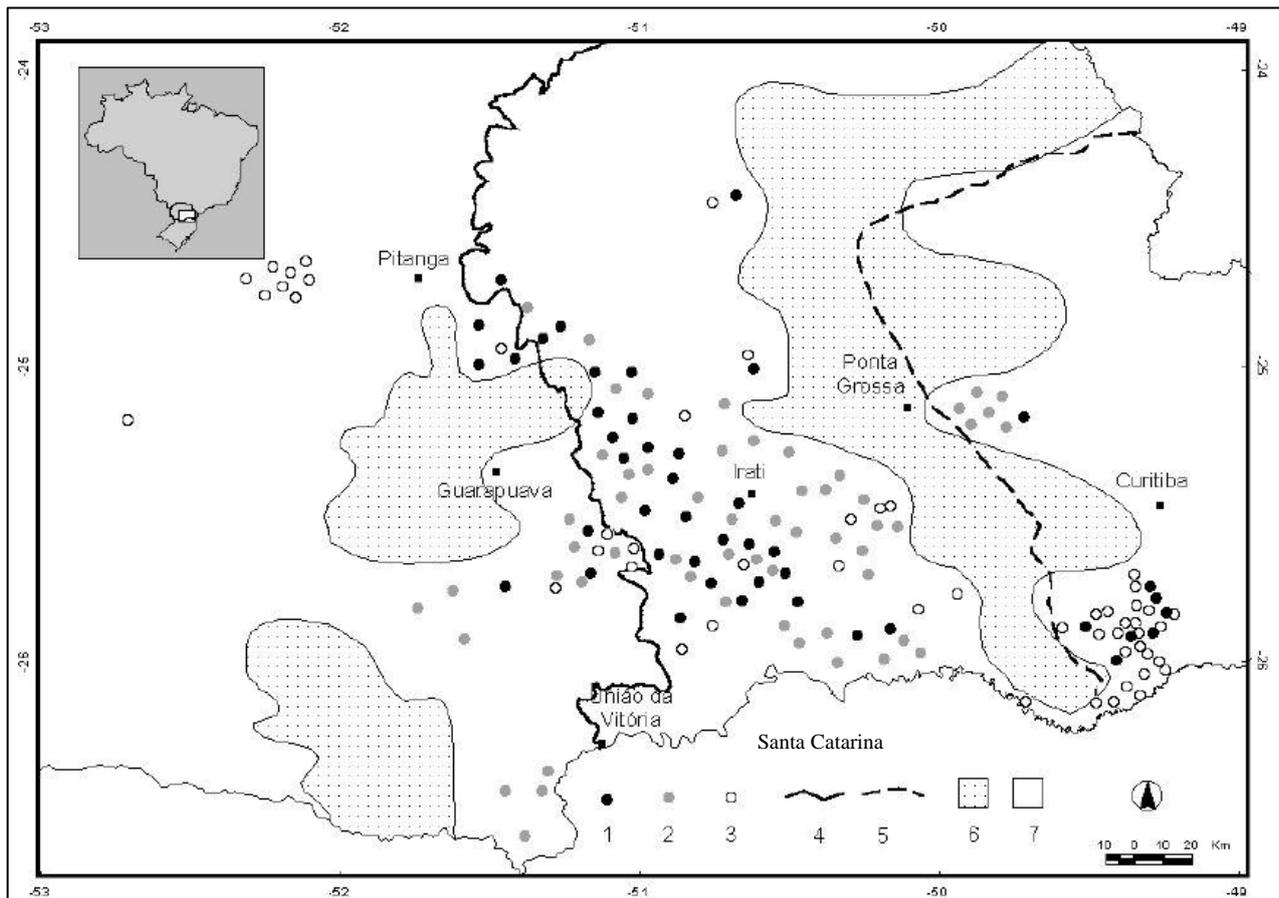
Peixoto (1995) já se referia ao “Faxinal do Timbozinho” (p. 36) na mesma região. Fato é que os caboclos criavam animais em cercamento e aproveitavam limites naturais como barreiras, podendo-se pensar que o Sistema Faxinal modifica-se ao longo da história, ressaltando que o autor afirma também que “os redutos dos sertanejos do Contestado, também, podem ser considerados como variações do sistema de criação extensiva, praticada nas matas de pinheirais” (p. 211).

Carvalho (1984) ao pesquisar a comunidade do Faxinal do Couro, no município de Irati/PR não objetivava especificamente apontar a região de ocorrência do Sistema ou a sua distribuição, entretanto, fez alusão à presença de Faxinais no Sudeste do Paraná e no estado de Santa Catarina. O mesmo autor, em 2008, afirma que se pode dizer que existia entre os “moradores da região do Contestado uma ‘economia moral’, baseada no apossamento das terras, no aproveitamento dos ervais e da floresta” (p. 284) que permitia aos caboclos uma subsistência calcada em práticas que ficaram consagradas pelo tempo como direitos. Neste sentido, é possível perceber certa semelhança entre o modo de vida destes moradores do Contestado com a vivência no Faxinal, ou seja, os laços solidários, a subsistência coletiva, o direito adquirido com o tempo e o extrativismo florestal.

Souza (2009a) destaca que embora o “conhecimento concreto sobre a situação dos Faxinais tenha aumentado significativamente, ainda não tem sido possível responder com exatidão à pergunta de quantos e quais são os Faxinais no Sul do Brasil” (p. 29). Durante seus trabalhos de campo (centralizados no Estado do Paraná) em municípios próximos à divisa do Estado de Santa Catarina, o autor foi informado “da ocorrência de Faxinais situados em vários municípios do Planalto Norte Catarinense” (p. 63), entretanto, não teve a oportunidade de pesquisá-los.

Dessa maneira, reforça-se a diferenciação quanto ao trato do Sistema Faxinal no Paraná (Figura 1) onde são reconhecidos, legitimados e inseridos em políticas públicas e em Santa Catarina,

onde parecem não existir, se desagregaram, são silenciados, invisíveis ou teriam evoluído para outras formas de uso da terra.



**Figura 1:** Distribuição dos Faxinais no Paraná.

1 – Faxinais Remanescentes; 2 – Faxinais Desativados; 3 – Faxinais Extintos; 4 – Escarpa da Serra Geral; 5 – Escarpa Devoniana; 6 – Campos; 7 – Mata de Araucária.

**Fonte dos Dados Brutos:** Marques (2004); Base Cartográfica: Cigolini, Mello, Lopes (2001).

**Concepção e Cartografia:** Löwen Sahr e Berto. Fonte: Löwen Sahr (2005b, p. 03).

A Figura 1 destaca a distribuição dos Faxinais no estado do Paraná e evidencia tanto os Faxinais remanescentes, quanto os desativados e extintos permitindo notar também a proximidade destes com o limite do estado de Santa Catarina. Portanto, ao se considerar a Figura 01 o questionamento sobre o Sistema Faxinal e sua “aparente invisibilidade” em Santa Catarina se evidencia, justamente por se perceber a proximidade geográfica destas comunidades tradicionais com o limite do estado catarinense, ao Sul.

Neste sentido, quando se observa o estado de Santa Catarina percebe-se que o Sistema Faxinal não aparece nos discursos oficiais políticos, sendo por vezes, referenciado somente de maneira implícita em pesquisas acerca de outras temáticas relacionadas, como a erva-mate, terras de uso comum, o tropeirismo, a Floresta com Araucária, os caboclos, dentre outras temáticas correlatas.

Soma-se ainda a falta de uma política específica que valorizasse e reconhecesse o Sistema que, de certa forma invisível, mas facilmente dissolveu-se.

Buscando o entendimento desta perspectiva, constrói-se um arranjo conceitual que propõe o entrelaçamento dos conceitos de território, identidade e identidade territorial. O primeiro é discutido de modo a evidenciar sua construção a partir das relações tanto sociais quanto históricas (relações de poder) vivenciadas no cotidiano. Assim, a dimensão política emerge destacando o território enquanto suporte material da existência coletiva, sendo este, apropriado e instrumentalizado. Porém, o território não é um instrumento, é um conceito e uma categoria e é, neste conflituoso contraponto, entre o território enquanto conceito/categoria e o território enquanto instrumento que o caso do Sistema Faxinal na região do Contestado passa a ser discutido.

Desenvolvendo os conceitos de território e territorialidade na Ciência Geográfica utiliza-se de Sack (1986), Raffestin (1993), Andrade (1995), Santos (2002a), Souza (2007) e Haesbaert (2007a) com vistas a enfatizar que o território – enquanto conceito e categoria – é socialmente construído. Trata-se do espaço apropriado e para que ele exista é necessária uma delimitação da área, um controle e uma forma de poder, podendo haver disputas, contradições, desigualdades e sobreposições. A territorialidade, por sua vez, produto das relações deste território, se refere às ações e estratégias para controlar uma área podendo ser inclusive instrumento político-estratégico.

Objetivando aproximar estas reflexões teóricas dos estudos mais específicos, utiliza-se das contribuições de Ríos (2011) que, em seu estudo interdisciplinar acerca dos processos territoriais locais onde participam as comunidades tradicionais, destaca a necessidade de se considerar a diversidade existente no interior destas comunidades, bem como a necessidade de valorizar os conhecimentos e saberes destes diversos sujeitos. Nestas reflexões, acrescentam-se as contribuições de Muñoz (2011) e sua proposta de aproximação metodológica da Hermenêutica Dialógica Territorial, a partir da qual, através do decifrar dos sentidos do território pode-se construir um produto de diálogo, para tanto, elabora-se um corpus discursivo de base teórica, em seguida, identificam-se e estudam-se as práticas discursivas cotidianas e, por fim, sistematiza-se esta construção formal.

Prosseguindo com a abordagem teórica, insere-se o conceito de identidade observando que o mesmo não deve ser reduzido à mera diferença. É vista como fonte de significado e experiência de uma coletividade, está sempre sendo construída e é localizável no tempo e no espaço dada sua fluidez, podendo até ser inventada (desde que uma ancoragem lhe dê concretude) ou assumir um caráter estratégico e posicional ao se tornar politizada. As reflexões partem de Hall (2005), Haesbaert (2007, 2008), Moscovici (2003), Da Matta (1983), Cruz (2007), Castells (1999), Hobsbawn e Ranger (2006), e Silva (2004), destacando também que a identidade é uma construção histórica, relacional e contrastiva não sendo nunca inocente. Em seguida, buscando fortalecer a arquitetura teórica, aprofunda-se esse caráter contrastivo dos conceitos de identidade e território.

Ao discutir as identidades territoriais, parte-se de Castells (1999), Porto Gonçalves (1999), Cruz (2007) e principalmente de Haesbaert (1997, 1999, 2007, 2008), destacando que estas podem surgir, ao longo do tempo, a partir da tendência de algumas organizações comunitárias em se agrupar gerando um sentimento de pertença. Esse agrupamento se dá em torno de um conjunto específico de valores e sua efetivação ocorre quando o território é visto como referencial espacial de identificação. Podem ser compreendidas a partir da análise das suas dimensões histórica e geográfica considerando seu espaço de referência identitária e sua consciência socioespacial de pertencimento. São evocadas quando a filiação territorial possui potencial de ser ativada como instrumento de reivindicação política e tomam por base alguns fatores: a diferenciação social, as institucionalidades, a diferenciação cultural, as divisões político-administrativas, as diferenciações econômicas e a mobilidade da população.

Dessa maneira, analisa-se a forma com que a identidade faxinalense vem sendo moldada/forjada para se adaptar às necessidades contemporâneas e garantir seu acesso e preservação ao elemento espacial que lhe dá suporte: o território. Neste caso, identidade e território se fundem e permitem a partir da análise de “identidades territoriais” perceber a forma com que agrupamentos comunitários com vistas à sobrevivência coletiva geram sentimentos de pertença, conjuntos específicos de valores, encontrando no território seus referenciais espaciais de identificação que são evocados, na atualidade, enquanto instrumentos de reivindicação política.

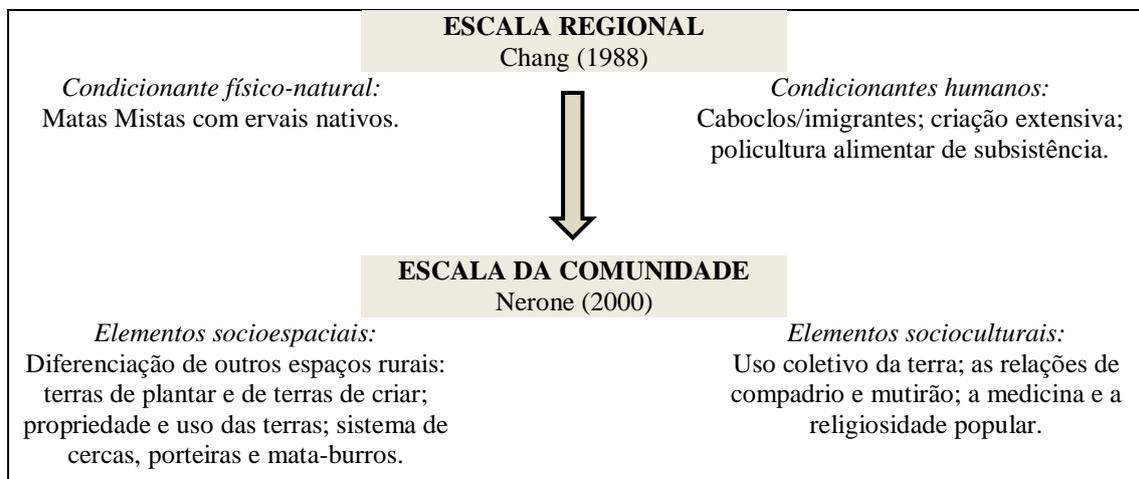
### **3. ELEMENTOS TERRITORIAIS IDENTITÁRIOS DO SISTEMA FAXINAL definindo a metodologia de campo**

Com o intuito de definir os elementos que formam a identidade territorial do sistema faxinal, optou-se por utilizar das contribuições das autoras tidas como clássicas nestes estudos: Man Yu Chang (1998) e Maria Magdalena Nerone (2000), considerando as duas respectivas escalas de análise: a escala *regional* e a escala da *comunidade*. Para tanto, foram definidos através das contribuições de Chang (1988) os elementos identitários socioeconômicos e geográficos que caracterizam o Sistema Faxinal em escala regional. São eles: a presença das Matas Mistas como condicionante físico-natural e dos caboclos associados aos imigrantes (sobretudo eslavos) como condicionantes humanos, sendo que, derivam destes: o uso coletivo da terra para produção animal (sobretudo suínos), a produção agrícola baseada na policultura alimentar de subsistência (abastecimento familiar e venda de excedente) e a coleta de erva-mate nos ervais nativos, além da nítida separação entre terras de criar e terras de plantar.

Da perspectiva de Nerone (2000), cuja tese consiste de um esforço no sentido de problematizar essas comunidades frente ao seu contexto histórico e social, considerando as particularidades

regionais, neste caso, a das populações tradicionais, é possível complementar os elementos que caracterizam o Sistema Faxinal, apontados por Chang (1988). Dessa maneira, Nerone salienta elementos que diferenciam os Faxinais de outros espaços rurais: a distinção entre as terras de plantar e as terras de criar; a diferenciação entre propriedade e uso das terras; e os sistemas de cercas, porteiras e mata-burros. Salienta ainda os elementos socioculturais: o uso coletivo da terra, as relações de compadrio e mutirão, a medicina e a religiosidade popular.

Por fim, elaborou-se uma síntese dos elementos identitários do Sistema Faxinal aproximando a interface conceitual dos encaminhamentos metodológicos. Neste sentido, é importante destacar a diferenciação metodológica entre os estudos de Chang (1988) e Nerone (2000). O estudo de Chang abrange todos os Faxinais paranaenses na época, apresentando uma caracterização mais abrangente, ao passo que o estudo de Nerone aprofunda a análise a partir do Faxinal Marmeleiro de Baixo, no município de Rebouças – PR. Nesta perspectiva tem-se a Figura 2:



**Figura 2** - Elementos que formam o Sistema Faxinal no estado do Paraná.  
**Fonte:** Chang (1988) e Nerone (2000). Adaptado pela autora, 2016.

Na concepção que parte das identidades territoriais, o elemento constituinte indissolúvel e de crescente importância é o território – que age como referencial central e definidor do grupo. Assim sendo, a sinopse desenhada para a presente abordagem considera os elementos identitários do Sistema Faxinal como aqueles que constituem o território. Dessa forma, metodologicamente parte-se dos elementos apontados por Chang para reconstruir a história do Contestado, salientando a presença (ou não) dos elementos que caracterizam o Sistema Faxinal para, em seguida, partir da sobreposição destes elementos selecionar comunidades para buscar os elementos apontados por Nerone – que não podem ser detectados na escala regional, somente na escala da comunidade.

#### 4. A TERRITORIALIDADE DOS ELEMENTOS IDENTITÁRIOS REGIONAIS DO SISTEMA FAXINAL NO CONTESTADO – RESULTADOS E ANÁLISES

Após definir a partir de Chang (1988) os quatro elementos identitários regionais que caracterizam o Sistema Faxinal, parte-se para uma análise da territorialidade de cada um destes elementos na região do Contestado. Na sequência, são apresentadas aproximações e distanciamentos entre a identidade territorial do Sistema Faxinal e as características das áreas de caíva, considerando o recorte espacial proposto.

O primeiro elemento, definido como “*A territorialidade das Matas Mistas com presença dos ervais nativos*” permite refletir acerca das características fitogeográficas da região, construída a partir de contribuições de pesquisadores do assunto, da classificação do IBGE, de narrativas de viajantes, médicos e oficiais, de estudos específicos e de referências encontradas na literatura acerca da Guerra do Contestado. Em seguida, soma-se a territorialidade do segundo elemento definido, ou seja, “*A territorialidade dos atores sociais: caboclos e imigrantes*” que, em conjunto, deram vida ao Sistema Faxinal na região do Contestado e, assim, percebe-se que o “caboclo” não pode ser analisado com base na conotação étnica da palavra, mas deve sim, ser concebido a partir de sua condição social e cultural definida regionalmente. Da mesma maneira, a chegada e ocupação da região pela imigração marcam uma ruptura no território do caboclo, mas ao mesmo tempo evidencia-se uma interação de ambos (caboclos e imigrantes) em certos lugares.

“*A territorialidade da criação extensiva e do tropeirismo do porco*”, terceiro elemento que compõem o Sistema Faxinal, é definido no Contestado a partir de narrativas regionais (historiadores, viajantes, estudiosos, jornais e oficiais da época da Guerra) que relatam o tropeirismo e a existência da criação de animais em comum, mais especificamente de suínos. Por fim, a “*territorialidade da policultura alimentar de subsistência*” é construída a partir do entendimento da chamada “roça cabocla” que, presente no Contestado, visava principalmente à subsistência com venda somente do excedente. O intuito dessa seleção é perceber a territorialidade destes quatro elementos compreendendo sua localização geográfica no recorte espacial definido.

Pode-se afirmar que os quatro elementos regionais que compõem o Sistema Faxinal definidos a partir das análises de Chang (1988) fazem parte da região do Contestado, tanto no Paraná quanto em Santa Catarina. Esta presença não é de forma contínua, ou seja, não cobre toda a extensão geográfica da área, dessa maneira, é possível sobrepor estes elementos e selecionar comunidades que, ao se encontrarem nestas intersecções seriam mais propícias a terem desenvolvido o Sistema. Esta sobreposição foi realizada considerando a discussão teórica construída que espacializa estes elementos e foi visualizada/demarcada através de Cartas Topográficas do Exército Brasileiro e do IBGE nas escalas de 1:100.000 e 1:50.000 que cobrem a região.

Concorda-se com Cruz Neto (1994) que a atividade de pesquisa não se restringe ao uso de técnicas refinadas para a obtenção de dados na mesma medida em que o trabalho de campo não se explica por si só. Buscando relacionar a discussão conceitual da pesquisa de campo, partiu-se para a seleção de uma comunidade paranaense em que é possível perceber, pela escala regional dos elementos que compõem o Sistema Faxinal (CHANG, 1988), a possibilidade de aprofundar a outra escala proposta: a escala da comunidade (NERONE, 2000). Dessa forma, se torna viável sustentar tanto a proposição metodológica definida na pesquisa quanto às afirmações acerca da forma com que o estado do Paraná vem tratando esse particular modo de vida.

A comunidade selecionada para o aprofundamento, enquanto estudo de caso (GIL, 2008; YIN, 2001), é o Faxinal do Emboque, localizado no município paranaense de São Mateus do Sul. No local, foram analisados primeiramente os elementos regionais que caracterizam o Sistema Faxinal, ou seja, as Matas Mistas com ervais nativos enquanto *condicionante físico-natural* e, enquanto *condicionantes humanos* foram analisadas as contribuições de caboclos e imigrantes poloneses especialmente quanto ao desenvolvimento do Sistema, à criação extensiva, ao tropeirismo do porco e à policultura alimentar de subsistência. Na escala da comunidade, foram analisados os *elementos socioespaciais* que diferenciam o Sistema Faxinal de outros espaços rurais: distinção entre as terras de plantar e as terras de criar, pela diferenciação entre propriedade e uso das terras e pelo sistema de cercas, porteiras e mata-burros; e os *elementos socioculturais*: uso coletivo da terra, relações de compadrio e mutirão, a medicina e a religiosidade popular.

Pode-se afirmar que a identidade territorial do Faxinal do Emboque se fundamenta nesta particular relação com a terra, que foi possível tendo em vista a presença do condicionante físico-natural das Matas Mistas com ervais nativos e viabilizada a partir da contribuição de caboclos e imigrantes que, numa mescla, desenvolveram a criação extensiva nos criadouros comunitários e praticaram a policultura alimentar de subsistência nas terras de plantar. O Sistema Faxinal diferencia-se dos outros espaços rurais justamente por apresentar essa distinção marcada entre as terras de criar (de propriedade e uso particular) e as terras de criar (de propriedade particular e uso coletivo) e pelo sistema de cercas, porteiras e mata-burros que se articulam para dar viabilidade a esta racionalidade. Dessa forma, este uso coletivo das terras juntamente com as relações de compadrio e mutirão, o emprego da medicina e a prática da religiosidade popular efetivam enquanto elementos socioculturais a identidade territorial faxinalense evidente no estado do Paraná.

Na sequência, torna-se necessário realizar a seleção da comunidade catarinense a ser pesquisada. Para tanto, foram considerados inicialmente os elementos regionais elencados a partir de Chang (1988), observados através das Cartas Topográficas do IBGE e do Exército Brasileiro nas escalas de 1:100.000 e 1:50.000 e selecionados os locais mais propícios à existência do Sistema considerando a sobreposição dos elementos da escala regional. Em seguida, os locais que

apresentavam o maior número de elementos regionais componentes do Sistema Faxinal foram visitados a fim de perceber a existência dos elementos na escala da comunidade. Foi realizada uma pesquisa de campo exploratória (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 186-190) nas seguintes comunidades catarinenses: Faxinal dos Carvalho e Faxinal dos Domingues, ambas no município de Fraiburgo; Pinhalzinho, em Bela Vista do Toldo; Cerro do Galo, em Matos Costa; São José do Timbózinho, Bom Sossego II, e Rio Preto, em Irineópolis; Km 13 e Maquinista Molina, em Porto União. Foi então que se chegou à comunidade de Aparecida dos Pardos, no município de Irineópolis e este foi o local que mais se aproximou do chamado Sistema Faxinal do Paraná.

Considerando os elementos socioespaciais e socioculturais que diferenciam o Sistema Faxinal dos espaços rurais, pode-se dizer que o mesmo realmente existiu na comunidade de Aparecida dos Pardos. Utiliza-se do verbo “existir” no passado tendo em vista que na presente pesquisa a existência do criadouro comum, já extinto no local, é condição fundamental para a categorização da comunidade enquanto Faxinal. Diversos fatores comuns aos Faxinais paranaenses contribuíram para a desagregação do Sistema no local conforme já relatado anteriormente, porém, os fragmentos ainda persistem na paisagem tornando possível afirmar que ele existiu em terras catarinenses da região do Contestado, talvez não em tão grande número quanto no Paraná, todavia, também marcou o modo de vida no Planalto Norte Catarinense.

E, assim, foi possível relacionar as duas comunidades pesquisadas: o Faxinal do Emboque, São Mateus do Sul/PR e a comunidade de Aparecida dos Pardos, Irineópolis/SC sob a perspectiva das “terras de criar” e das “terras de plantar” nesta região do Contestado evidenciando as distinções e aproximações entre o Sistema Faxinal e as áreas de Caíva.

Após construir uma proposição teórica e metodológica para analisar a região do Contestado a partir dos elementos identitários que compõem o Sistema Faxinal e compreender a organização ambiental/social tanto do Faxinal paranaense do Emboque quanto da comunidade catarinense de Aparecida dos Pardos, torna-se necessária uma reflexão conjunta que relacione ambas as comunidades na perspectiva abordada. Para tanto, discute-se a territorialidade dos condicionantes naturais a partir das Matas Mistas e das Caívas, estas últimas sendo fragmentos remanescentes da Floresta Ombrófila Mista, com diferentes densidades arbóreas onde o estrato herbáceo é formado por pastagens (naturais ou artificializadas) que servem para o pastejo animal e o extrativismo, coincidindo, na maior parte das vezes, com espaços que correspondiam anteriormente aos criadouros comuns dos antigos Faxinais.

De fato, a construção das identidades está conectada com as relações de poder, onde seus significados são construídos, contestados e negociados e só pode ser compreendida de maneira estratégica e posicional, estando, portanto, sujeitas à manipulação dos grupos sociais visto que são ao mesmo tempo produto e produtoras de lutas sociais e políticas. Nesta construção das identidades,

neste caso considerando as comunidades, é importante perceber que, por vezes, os elementos que passam a compô-la são reinventados. Neste sentido, Hobsbawn e Ranger (2006) discutem a invenção das tradições e sabe-se que as tradições inventadas têm funções políticas e sociais relevantes de forma que não nasceriam e nem se firmariam se não pudessem ser adquiridas.

Considerando o Faxinal do Emboque, essa reinvenção torna-se evidente. A comunidade, ao se auto-definir como faxinalense percebeu a necessidade de evidenciar, cada vez mais, as características do Sistema que lhes confere esta identidade, se inserindo assim na discussão social e política emergente no estado do Paraná. Passaram a ter mais cuidado com as cercas e os animais do criadouro comunitário, organizar mais mutirões, destacar sua identidade étnica e religiosidade, refletir comunitariamente sobre as decisões, se fazer representar junto aos encontros que discutem suas demandas, ou seja, os hábitos, costumes e ideais que quase se perderam no tempo e nas pressões ressurgiram contemporâneos e fortes, assumindo suas funções sociais e políticas.

Nestes casos, Haesbaert (2008, p. 367) afirma que a re(invenção) das identidades pode ser utilizada na tentativa de legitimar novas unidades político-administrativas, pois a busca de legitimidade através de uma identidade cultural com o território pode ser decisiva na obtenção do apoio da população ao movimento. Há que se destacar também que as ditas “novas tradições” atendem tanto a demanda quanto a oferta e emergem também devido à inabilidade ou a impossibilidade de se adaptar às tradições e/ou costumes antigos.

Em oposto, a comunidade de Aparecida dos Pardos assiste a perda de suas características comuns com maior intensidade e não se atenta para a manutenção de sua identidade coletiva. Os motivos vão desde a ausência de reconhecimento por parte do estado de Santa Catarina até o trabalho cotidiano com a fumicultura que ocupa as horas que poderiam ser dedicadas ao convívio social comunitário.

De fato, a efetivação da identidade territorial, neste caso comunitária, só ocorre quando um referencial espacial assume o papel de elemento central de identificação, quando a filiação territorial possui o potencial de ser ativada como instrumento de reivindicação política, ou seja, o direito adquirido numa espaço-temporalidade efetiva ou completamente inventada, onde se legitima a identidade do grupo pelo laço territorial. Castells (1999) ao considerar a identidade como fonte de significado e experiência de um povo discute a construção desta considerando questões como: como, a partir de quê, por quem, e para que isso acontece propondo três formas e origens de construção de identidades: identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto – destacando que identidades que começam como resistência podem acabar resultando em projetos. Transportando estas considerações para a análise do Sistema Faxinal é possível compreender esta evolução de uma identidade de resistência para uma identidade de projeto.

A forma diferenciada com que o Sistema Faxinal se desenvolveu na região Centro-Sul do estado do Paraná inicialmente visava o melhor aproveitamento das Matas com Araucária através da divisão entre “terras de criar” e “terras de plantar”, Sistema desenvolvido por atores que se encontravam em posições desvalorizadas pela lógica de dominação, atuando como trincheiras de resistência e sobrevivência coletiva. Entretanto, atualmente, esta identidade de resistência parece exatamente ter evoluído para uma identidade de projeto podendo ser compreendida a partir de uma construção destes atores sociais para redefinir sua posição na sociedade.

Sendo assim, o que marcadamente diferencia o Faxinal do Emboque e a comunidade de Aparecida dos Pardos são os ideais. No Emboque, os moradores desenvolveram, com o passar do tempo, o modo de vida em forma de Sistema Faxinal e, percebendo a possibilidade de sair da invisibilidade a que historicamente foram submetidas às comunidades tradicionais brasileiras, uniram-se interna e externamente para reivindicar seus direitos frente à sociedade e ao Estado. Valeram-se de suas características comunitárias peculiares e de uma abertura por parte do poder público para se inscrever nas agendas políticas e requerer melhores condições de vida e sobrevivência coletiva.

Por outro lado, a comunidade de Aparecida dos Pardos, embora também tenha mantido por muito tempo a separação entre “terras de criar” e “terras de plantar” foi sofrendo com as pressões internas e externas comuns ao Sistema Faxinal, dissolvendo-o e restringindo-o a pequenos núcleos familiares. Muitos moradores, inclusive, desconhecem a existência das reivindicações por parte dos Faxinalenses no estado do Paraná. É fato que o estado de Santa Catarina não possui legislação própria para atender a estas demandas, o que, certamente contribuiu para a desagregação de muitos Faxinais. Dessa maneira, notam-se entre os dois locais, um forte laço comunitário, porém, com ideais distintos, ao passo que uma luta e busca o reconhecimento pelo particular modo de vida, a outra foi perdendo ao longo do tempo sua especificidade.

Concluindo, pode-se dizer que apesar de toda exploração a que foram submetidas as Matas Mistas na região do Contestado, sobretudo devido a atuação da *Brazil Railway Company*, da exploração inadequada da erva-mate, da economia madeireira e da modernização agrícola, algumas comunidades encontraram possibilidades de sobreviver em seu território de forma a não o impactar tão significativamente. É o caso do Faxinal do Emboque e da comunidade de Aparecida dos Pardos.

No primeiro caso, a separação entre “terras de criar” e “terras de plantar” dá vida ao criadouro comunitário que se aproveita das áreas de mata para a exploração do mate, a criação de animais e o convívio social, Sistema para o qual a manutenção das árvores nativas é imprescindível. No caso da segunda comunidade, a manutenção do criadouro comunitário até poucas décadas atrás permitiu a preservação das áreas de mata nas propriedades o que, atualmente pode ser aproveitado com fins econômicos através do manejo das áreas de Caíva, combinando-a, inclusive, com áreas de pastejo.

As Caívas possuem tanto importância econômico/produziva pela forte inter-relação entre as árvores nativas, as pastagens e os animais, quanto ecológicas, pois, mesmo possuindo menor biodiversidade que as florestas nativas, exercem importante função ambiental ao manter as espécies vegetais que são típicas da Floresta Ombrófila Mista. Além disso, contribuem fornecendo alimento e abrigo para a fauna local e compõem áreas como a Reserva Legal e as Áreas de Preservação Permanente.

O que ficou evidente nas pesquisas de campo das duas comunidades é a importância do papel do Estado e de outros agentes externos (como Articulações, ONGs, Comissões, etc.). No Faxinal do Emboque, a pressão por parte do poder público com relação ao cercamento do criadouro comum não foi tão enfática quanto em Aparecida dos Pardos. Da mesma maneira, em Santa Catarina não houve uma mobilização que gerasse visibilidade ao Sistema Faxinal (se comparado ao Paraná), o que existe são projetos de melhoramento e viabilidade econômica visando o aproveitamento das áreas de Caívas, passando estas, a serem valorizadas.

Estes espaços de territorialidade singular situam-se, na maior parte das vezes, em regiões marginais e de pouco interesse econômico, cujas fronteiras reais nem sempre são bem definidas, sobretudo, se localizadas entre limites estaduais como é o caso da região do Contestado. Neste sentido, nota-se uma maior visibilidade no trato do Sistema Faxinal no Estado do Paraná e uma aparente invisibilidade no estado de Santa Catarina. Assim sendo, a presente pesquisa busca justamente perceber essas aproximações e distanciamentos entre estes estados limites, partindo de uma região com similares características físico-naturais e histórico-geográficas.

Para compreensão deste cenário, optou-se por discutir o território e a territorialidade enquanto suporte espacial da existência e reivindicação coletiva do Sistema Faxinal. Esta opção teórica deve-se ao fato de que o conceito de território foi instrumentalizado e empregado para se referir ao espaço de uso e abrangência do Sistema (bem como de outras territorialidades específicas) sendo constantemente evocado nos discursos sociais e políticos. No caso das populações tradicionais, em específico, a complexidade territorial exige uma visão de conjunto onde o território é visto através de sua construção “no” e “pelo” tempo, no conjunto de relações cotidianas: tem sentido e adquire significado, é parte essencial da condição humana, o que torna possível construir uma imagem deste território, “*captura-lo*”. Consiste no espaço apropriado de identidade e de história, não sendo uma simples consequência nem um produto mecanicamente gerado pela existência humana. Em consequência, a territorialidade emerge enquanto potente estratégia para controlar essa área, justificar sua existência e particularidade, se tornando, inclusive, um importante instrumento político. Refere-se aos comportamentos implantados no território, reflete a multidimensionalidade do vivido territorial de uma coletividade através do sistema sociedade-espaço-tempo.

Este território, por permitir uma abordagem política, no que se refere ao Sistema Faxinal pode ser mais bem compreendido através de sua vinculação ao conceito de identidade, ou ainda melhor, ao

conceito de identidade territorial, que se manifesta-se quando o território passa a ser o referencial espacial e o instrumento de reivindicação política e pode ser compreendida como sendo o controle simbólico sobre o espaço onde se vive, uma forma de apropriação e domínio, pois gera um sentimento de pertença, contempla um conjunto específico de valores e pode surgir, ao longo do tempo, a partir do agrupamento comunitário. No Sistema Faxinal, os elementos que, em conjunto, determinam sua identidade estão diretamente ligados ao território, ao espaço de vivência coletiva, inicialmente através da prática comunitária da separação das terras de criar das terras de plantar, perpassando por outros essenciais elementos, como: a criação extensiva; a policultura alimentar de subsistência; a diferenciação entre a propriedade e o uso das terras; o sistema de cercas, porteiras e mata-burros; as relações de compadrio e mutirão; a medicina e a religiosidade popular. A existência e a prática destes elementos em conjunto é o que diferencia o Sistema Faxinal de outros espaços rurais, é o que garante sua territorialidade específica, sua identidade territorial.

De fato, as transformações sociais só podem ser compreendidas enquanto processuais e as identidades coletivas enquanto sendo formadas ao longo do tempo, assim, reinventar ou re-traditionalizar, no caso da identidade territorial faxinalense, significa adaptar-se às novas realidades e garantir sua territorialidade, sobretudo ganhando visibilidade e inserindo-se em políticas públicas.

Estas políticas englobam uma série de decretos, leis, resoluções, projetos, planos, códigos de posturas e editais que fazem referência a este modo de vida desde 1831, indo desde as proibições da conservação de porcos soltos nas ruas das povoações, perpassando pela necessidade da construção e manutenção das cercas coletivas, chegando até as leis de reconhecimento dos Faxinais e sua territorialidade, além de inúmeras outras situações que, no estado do Paraná, são amplamente discutidas.

Entretanto, quando se observa o estado de Santa Catarina percebe-se que o Sistema Faxinal não aparece nos discursos oficiais políticos, sendo por vezes, referenciado somente de maneira implícita em pesquisas acerca de outras temáticas relacionadas, como a erva-mate, o tropeirismo, a Floresta com Araucária, os caboclos, entre outros assuntos próximos. Buscando compreender esta lacuna, foram analisados os elementos que dão vida à territorialidade dos Faxinais no Contestado realizando uma sobreposição destes, o que indicou as comunidades mais propícias para o desenvolvimento do Sistema na região. Esta sobreposição considerou duas escalas, a regional (delimitada a partir dos elementos captados de Chang, 1988) e a da comunidade (a partir dos elementos captados de Nerone, 2000). Várias comunidades foram visitadas e analisadas até se chegar à comunidade onde os estudos foram aprofundados: Aparecida dos Pardos, no município catarinense de Irineópolis.

Nesta comunidade de Aparecida dos Pardos foram analisados tanto os elementos da escala regional (os condicionantes físico-naturais e humanos) quanto os elementos da escala da comunidade

(socioespaciais e socioculturais) e perceberam-se semelhanças marcantes para com o Faxinal do Emboque. Também se tratam de terras anteriormente ocupadas por caboclos e que foram vendidas aos imigrantes poloneses; o ambiente físico-natural é idêntico, se tratando das Matas Mistas, de onde até hoje se extraem a erva-mate e outros recursos; a policultura alimentar de subsistência ainda é muito praticada dividindo espaço com a fumicultura; em ambos existe o sistema de cercas, porteiras e mata-burros; são presentes as práticas da medicina e religiosidade popular, além das relações de compadrio e mutirão.

Entretanto, na comunidade de Aparecida dos Pardos, não existe mais o grande criadouro comum, ficando restrito a pequenos núcleos formados por poucas famílias. O cercamento da área deste criadouro seguiu a lógica da desarticulação do Sistema no estado do Paraná, especialmente devido a: pressões externas, sobretudo por parte do poder público, exigindo o confinamento da criação à solta; venda de propriedades para compradores que desconhecem e não simpatizam com as terras de criar comunitárias; pressões de grandes latifundiários vizinhos; avanço da agricultura moderna; surgimento dos grandes frigoríficos; atuação da Vigilância Sanitária, entre outros motivos. Em Santa Catarina, soma-se ainda a falta de uma política específica que valorizasse e reconhecesse o Sistema, pouco se produziu em termos técnicos ou acadêmicos acerca desse modo de vida que, estando invisível, mas facilmente dissolveu-se.

Não se tem mais notícia da existência de grandes criadouros comunitários na porção catarinense do Contestado, embora os outros elementos que compõem o Sistema Faxinal ainda estejam presentes em inúmeras comunidades do Planalto Norte Catarinense. Porém, a inexistência do criadouro inviabiliza o uso coletivo das terras pela ausência do espaço destinado à criação em comum e este é o grande diferencial do Sistema em relação aos outros espaços rurais. É o uso coletivo das terras que efetivamente lhe garante uma territorialidade específica. Sendo assim, pode-se afirmar que o Sistema Faxinal encontrou na porção catarinense da região do Contestado todos os condicionantes favoráveis ao seu surgimento e cuja existência passada se comprova através dos fragmentos e memórias ainda presentes em inúmeras comunidades. Porém, tendo em vista as pressões externas e internas, além da falta de uma política pública específica que valorizasse sua territorialidade, os criadouros comuns se desarticularam levando consigo as mais essenciais práticas comunitárias de uso da terra.

Por outro lado, quando se considera a questão das terras tradicionalmente ocupadas que “expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza” (ALMEIDA, 2008, p. 25) nota-se que após 1988 quando o termo foi inserido na Constituição Federal Brasileira referindo-se a questão indígena, seu significado vem sendo constantemente ampliado, sobretudo com o advento das identidades coletivas, tornando-se “um preceito jurídico marcante para a legitimação de territorialidades específicas e

eticamente construídas” (p. 48). Acerca dos Faxinais, Almeida (2009) relacionando-os com as terras tradicionalmente ocupadas ao aproximá-los da situação das terras soltas ou abertas, mencionando inclusive, além do Paraná, o estado de Santa Catarina, pelo fato destes, segundo o autor, constituírem “extensões delimitadas para o pastoreio de acordo estabelecido pelos detentores dos títulos, em sua maior parte pequenos proprietários” (p. 55).

Portanto, ao se considerar o princípio das terras tradicionalmente ocupadas, pode-se afirmar que a comunidade catarinense de Aparecida dos Pardos é um Faxinal, assim como inúmeras outras comunidades do interior de Irineópolis e de outros municípios do estado de Santa Catarina, isso porque o Sistema esteve presente durante muitos anos na região. Não existem mais, atualmente, os grandes criadouros comuns, porém ainda é possível perceber todos os outros elementos que caracterizam o Faxinal. Sendo assim, é necessário reforçar que a existência da área do criadouro e sua utilização em comum pelos moradores é condição essencial para categorizar a comunidade enquanto Sistema Faxinal, entretanto, outras abordagens conceituais afirmam que é possível atestar a existência do Faxinal pela condição de que a terra foi tradicionalmente ocupada.

Nas pesquisas de campo no lado catarinense do Contestado, durante a busca por comunidades que ainda preservavam os elementos do Sistema Faxinal, deparou-se com a questão das Caívas. Estas, enquanto áreas remanescentes das Matas Mistas se apresentam em diferentes densidades arbóreas cujo estrato mais baixo é utilizado para o pastejo animal e, em grande parte das vezes estão localizadas nas áreas que eram destinadas ao criadouro comum dos Faxinais já desagregados. Percebeu-se também que o termo Sistema Faxinal é praticamente desconhecido pelos entrevistados que, ao serem colocados a par da forma com que o Sistema se apresenta no estado do Paraná, instantaneamente o relacionam com a “Caíva” ou o “Caívão”. Muitos entrevistados se recordam “da época”, não muito distante, em que os animais eram criados à solta nas “Caívas” e também relatam a existência de todas as outras práticas comunitárias próprias do Sistema Faxinal, porém afirmam que atualmente não se cria mais à solta, os animais somente são criados soltos nas áreas de Caíva, de forma individual, não mais coletiva.

O que ocorreu foi o cercamento do criadouro e a manutenção das áreas de criar pelos moradores que, agora de forma individual, continuam criando seus animais nas Caívas. Buscando valorizar a prática e encontrar soluções ambientalmente adequadas para o manejo foi criado o Grupo Gestor de Caívas, sendo que:

No período de 2007 a 2010, foi executado um projeto em parceria entre a Epagri E/E de Canoinhas, a ASPTA e a Floresta Nacional de Três Barras/ICMBio, que teve por objetivo caracterizar as áreas de Caíva e desenvolver pesquisas participativas sobre manejo ecológico das pastagens nativas em propriedades familiares. Por intermédio dessa parceria, foi criado o Comitê Gestor das áreas de Caíva com o propósito de articular as pesquisas e a disseminação regional de seus resultados. (BONA, HANISCH e MARQUES, 2011, p. 08).

A primeira situação problemática (também enfrentada pelos Faxinais paranaenses) é a legislação inadequada, pois de acordo com a legislação ambiental as áreas de Reserva Legal, que coincidem com muitas áreas de criadouro, podem ser utilizadas para o manejo florestal sustentável, porém sem prever sistemas silvipastoris. Entretanto, de fato, as áreas dos Faxinais e das Caívas já estão incorporadas à cultura local há décadas e, na maioria dos casos, a conservação e manutenção destes remanescentes está condicionada justamente ao propósito econômico do uso destes espaços para a produção animal e o extrativismo vegetal – se não fosse isso, grande parte destas áreas não mais existiria ou teria sido convertida em áreas de reflorestamento, agricultura de grãos ou plantio do tabaco.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, como apontam Alfredo Wagner de Almeida (1989, 2004), Antônio Carlos Diegues (2001) e Nazareno José de Campos (2000), as terras de uso comum passaram a ter maior visibilidade no Brasil a partir da década de 1970 não apenas no que diz respeito aos estudos acadêmicos, mas também quanto ao seu reconhecimento jurídico, econômico, social e político. Neste processo evidencia-se no estado do Paraná o chamado “Sistema Faxinal”, sobretudo, a partir da década de 1980, quando no processo de construção desta identidade territorial se envolvem associações, articulações, organizações não governamentais, academia, movimentos populares e Estado.

Faxinais no Paraná ou Caívas em Santa Catarina, independente da terminologia de referência utilizada, o que se destaca é a conservação dos remanescentes florestais encontrados nestas áreas através da utilização de estratégias de manejo destes sistemas tradicionais. Neste sentido, algumas práticas já vêm sendo utilizadas, como o manejo agroecológico do solo, do pasto e do rebanho; melhoramento a produtividade animal; exploração sustentável da erva-mate, da bracatinga, de espécies frutíferas, medicinais e outras espécies de interesse econômico; introdução de insumos naturais (pó de basalto, cama de aviário) nas pastagens; uso em programas de corredores ecológicos; manutenção de serviços ambientais; entre tantas outras.

Verificou-se que nos espaços rurais onde se mantém as práticas tradicionais, as comunidades vêm superando a visão modernista que as condenava ao desaparecimento ou reduzia suas práticas a uma visão “folclórica”. Agora, estes sujeitos, cientes de sua identidade territorial, buscam utilizar seus saberes e fazeres locais como fatores de desenvolvimento exigindo a construção de novas percepções de seus espaços. Superam a subestimação de suas capacidades de iniciativa e inovação se envolvendo na definição de estratégias locais buscando seu favorecimento através do diálogo com seus representantes políticos onde a afirmação de sua territorialidade é objetivo comum.

E assim, o território, enquanto alicerce de história e existência passa a ser compreendido também como direito. No estado do Paraná, a identidade territorial faxinalense é discutida e vêm sendo constantemente redesenhada com vistas a fortalecer o grupo, sendo que a questão fundamental gira em torno de elaborar uma identificação coletiva com base na continuidade das práticas comunitárias e esta busca advém, principalmente, da necessidade de garantir sua territorialidade diante de um entorno ameaçador. Essas narrativas orais são contadas, recontadas e reinventadas com o tempo, podem não fornecer uma referência plenamente confiável, no entanto, são evidências inestimáveis sobre os acontecimentos e sobre a consciência socioespacial de pertencimento.

Em Santa Catarina, por não haverem políticas públicas e demais estudos específicos que reconheçam a importância e atribuam visibilidade ao Sistema, o mesmo vai se dissolvendo, restando apenas reminiscências. Estas, compreendidas enquanto recordações do passado, se mantêm vivas na memória, são lembranças vagas e quase apagadas, resíduos ou partes fragmentadas que referenciam o modo de vida da época em que se criava em comum. Ao se percorrer as comunidades catarinenses do Contestado, em especial a comunidade de Aparecida dos Pardos, é possível perceber estas reminiscências. No conjunto de elementos do patrimônio material do local citam-se as antigas cercas de “rachões” de madeira que demarcavam o perímetro do antigo criadouro comum, as ruínas dos antigos carijos de erva-mate, os mata-burros de madeira acompanhados dos portões laterais, as capelinhas dos Santos Padroeiros encravadas nas casas, os espaços destinados à convivência comunitária como os pavilhões e as próprias Matas Mistas enquanto patrimônio natural.

Com referência ao legado imaterial, destacam-se principalmente o espírito de solidariedade coletiva, a religiosidade marcante, as práticas de cultivo e criação, o trabalho extrativo realizado nas Matas, além de aspectos singulares da culinária, da cultura local, da contação de causos e contos – neste caso, marcadamente sobre a época da Guerra do Contestado. De fato, muitas reminiscências enquanto evidências do passado se perderam, porém, um bom tanto permaneceu e até se transformou.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. *In: Cadernos Naea*. Belém, nº. 10, 1989. p. 163-195.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *In: Revista de Estudos Urbanos e Regionais*. Rio de Janeiro, v. 06, nº. 01, 2004. p. 09-32.
- ALMEIDA, A. W. B. de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.<sup>a</sup> ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. *In*: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Orgs). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v.2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 39-66.

ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

**ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS FAXINALENSES**. Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Série: Faxinalenses do Sul do Brasil. Fascículo 3. Rebouças/PR, setembro 2008.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BONA, L. C.; HANISCH, A. L.; MARQUES, A. da C. Melhoramento de Caívas no Planalto Norte de Santa Catarina. *Revista Agriculturas*. v. 8, nº 02, Junho de 2011. p. 06-11.

CAMPIGOTO, J. A.; SOCHODOLAK, H. Os Faxinais da região das araucárias. *In*: OLINTO, B. A.; MOTTA, M. M.; OLIVEIRA, O. de. (Orgs.). **História Agrária: Propriedade e Conflito**. Guarapuava: Unicentro, 2009. p.183-212.

CAMPOS, N. J. de. **Terras de uso comum no Brasil: um estudo de suas diferentes formas**. 2000. 258 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CARVALHO, H. M. de. **Da aventura à esperança: a experiência auto-gestionária no uso comum da terra**. Curitiba: 1984. (mimeografado).

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2).

CHANG, M. Y. **Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná**. Londrina: IAPAR, 1988. 121 p. (Boletim Técnico, 22).

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In*: MINAYO, M. C. de. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p.51- 66.

CRUZ, V. do C. Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia. *In*: ARAUJO, F. G. B. de.; HAESBAERT, R. (Orgs.) **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Acess, 2007. p. 93-122.

DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DIEGUES, A. C.; Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. *In*: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Nupaub/USP, 2001. p. 97-124.

FRAGA, N. C. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado: Uma abordagem acerca da formação territorial no Sul do Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUBERT FILHO, F. A. Faxinal: estudo preliminar. *In: Revista de Direito Agrário e Meio Ambiente*. Curitiba: ITCF, nº01, a.2, agosto de 1987. p.32-40.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, R. L.; e ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. p. 169-190. (Série Geografia Cultural).

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, F. G. B. de.; HAESBAERT, R. (Orgs.) **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Acess, 2007 (a). (p. 33-56).

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HAESBAERT, R. “Gaúchos” e baianos no “Novo” Nordeste: Entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Brasil: questões atuais de organização do território**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 367-415.

HOBBSAWN, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 4. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

**IBGE** – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manual técnico da vegetação brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Série manuais técnicos em geociências, n. 1.

LÖWEN SAHR, C. L. Povos tradicionais e territórios sociais: reflexões acerca dos povos e das terras de Faxinal do Bioma da Mata com Araucária. *In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira*. **Anais**. Presidente Prudente, São Paulo, 11 a 15 de novembro de 2005b. (Artigo completo).

LÖWEN SAHR, C. L.; CUNHA, L. A. G. O significado social e ecológico dos Faxinais: reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com araucária do Paraná. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, 2005. p. 89-104.

MARTINS, P. **Anjos de cara suja**: etnografia da comunidade cafuza. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigação em Psicologia Social. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 403 p.

MUÑOZ, N. V. Significación social y territorio: aproximaciones metodológicas. *In: Revista Terra Plural*. Ponta Grossa, v.5, n.2, jul./dez. 2011. p. 169-178.

NERONE, M. M. **Terras de Plantar, Terras de Criar – Sistema Faxinal**: Rebouças – 1950-1997. 2000. 286f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, São Paulo, 2000.

PEIXOTO, D. **Campanha do Contestado**. Vol I. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

PORTO GONÇALVES, C. W. A territorialidade seringueira: Geografia e Movimento Social. *In: Revista GEOgraphia*. Ano 1. Nº 02, 1999. p. 67-88.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.

RÍOS, F. T. Diversidad y sentido patrimonial: contribuciones desde la antropología del territorio al estudio de comunidades tradicionales. *In: Revista Terra Plural*. Ponta Grossa, v.5, n.2, jul./dez. 2011. p. 153-167.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002a.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. *In: SILVA, T. T. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 73-102.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) Geografia: Conceitos e temas*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 77-116.

SOUZA, R. M. de. Mapeamento social dos Faxinais do Paraná. *In: ALMEIDA, A. W. B.; SOUZA, R. M. (Orgs.). Terra de Faxinais*. Manaus: Edições da Universidade Estadual do Amazonas – UEA, 2009. p. 29-88.

TAVARES, L. A. **Campesinato e os Faxinais do Paraná: as terras de uso comum**. 2008. 756 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo – Departamento de Geografia. São Paulo, 2008.

THOMÉ, N. **Sangue, suor e lágrimas no Chão Contestado**. Caçador: INCON Edições/Unc, 1992.

TONON, E. A força da tradição: dos Faxinais às Irmandades Místicas do Contestado. *In: OLINTO, B. A.; MOTTA, M. M.; OLIVEIRA, O. de. (Orgs.). História Agrária: Propriedade e Conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2009. p. 319-340.

VINHAS DE QUEIRÓS, M. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do**

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Trabalho enviado em 29/01/2018

Trabalho aceito em 07/05/2018